

ECOORGÂNICA, AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO

Maria Sarah Cordeiro Vidal – UFRPE, Recife/PE. Mestrado em Extensão Rural e
Desenvolvimento Local (POSMEEX)

Resumo

Neste artigo se pretende apresentar uma alternativa ao desenvolvimento de uma agricultura sustentável de base familiar. Como exemplo expomos a experiência da Ecoorgânica – Cooperativa de Produtores Familiares Orgânicos, que propõe uma alternativa de desenvolvimento sustentável pela produção de alimentos orgânico – obtida sem agressão ao ambiente – envolvendo os atores sociais em toda a cadeia produtiva e o fortalecimento da relação de cooperação e solidariedade entre os/as associados/as, parceiros/as e consumidores/as.

Palavras Chave: Agricultura familiar, cooperativismo e agregação de valor.

1 INTRODUÇÃO

Temas banalizados pela mídia e discutidos, a pretexto de esclarecimento à “opinião pública”, os processos de homogeneização decorrentes do processo de globalização e das “messiânicas” políticas neoliberais parecem fazer parte de uma realidade única e irreversível.

O acelerado processo de difusão das novas tecnologias de informação e comunicação, sem o devido controle e apropriação social, apesar das suas potencialidades de disseminação e de democratização do conhecimento, estão funcionando como valiosos instrumentos de estímulo à concentração e à monopolização dos fluxos de capitais transnacionais em detrimento de toda e qualquer proposta ambientalmente sustentável e socialmente justa.

Dentro desta ótica, bens e valores, culturais, tecnológicos e produtivos seguem os ditames de uma única matriz ou modelo.

Esse modelo, em que o fim justifica todos os meios, está mudando as relações entre governos, empresas e a sociedade civil em geral e contribuindo, ao lado de uma constante reestruturação produtiva e crescente precarização nas relações de trabalho, para o aprofundamento de uma crise que remota ao processo de estagnação da economia brasileira iniciado na década de 80.

Economicamente desigual, politicamente hegemônico e altamente concentrador de capitais, esse modelo está ajudando a construir, na periferia das economias controladoras do mercado, cada vez mais rápido e em escala mundial, um ambiente de exclusão e injustiça social sem precedentes na história da humanidade.

Os reflexos estão em toda parte. E, se nas grandes cidades, a grande massa de excluídos, em especial jovens, passa ao largo dos centros de produção do conhecimento e do mercado, cada vez mais competitivo e restritivo, no campo, os recordes de produção convivem, lado a lado, com vergonhosos e crescentes índices de exclusão social e desesperança.

Seguindo este posicionamento, o objetivo central deste trabalho é caracterizar a iniciativa de organização da Cooperativa de Produtores Familiares Orgânicos (EcoOrgânica), bem como discorrer sobre conceitos que fundamentam esta iniciativa: “agricultura familiar” e

I Jornada Nacional da Agroindústria
Bananeiras, 17 a 20 de outubro de 2006.

“cooperativismo”; pois a relevância deste tema prende-se à necessidade de se refletir sobre alternativas viáveis à agricultura familiar por meio das quais ela pode se incluir no mercado e buscar sua auto-sustentação diante de um novo contexto de desenvolvimento territorial, focado na pluriatividade.

2 A ECOORGÂNICA

A EcoOrgânica é decorrência de um processo de “aprendizagem e troca de experiências”, conforme cita Vasconcelos et. al. (2001), proporcionado pelo Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA)¹ e o Programa Aliança com o Adolescente para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste².

Amadurecido ao longo de três anos, na perspectiva de se ordenar uma nova institucionalidade ao arranjo produtivo de culturas produzidas organicamente. Estabelecido pelo trabalho, até então desenvolvido pelo SERTA com agricultores/as e jovens, o projeto da Ecoorgânica visa, por meio da construção de ajustes técnicos, cultural e empresarial, fazer frente ao desafio de implementar na Microrregião da Bacia do Goitá, em Pernambuco, uma proposta de desenvolvimento local, integrado e sustentável, de vertente produtiva agropecuária, voltada à agricultura de base familiar.

Fundada em 24 de julho de 2003, a EcoOrgânica, abrange uma área de ação que envolve os municípios de Glória de Goitá, Lagoa de Itaenga, Feira Nova, Vitória de Santo Antão, Pombos, Chã Grande e Gravatá no estado de Pernambuco. Atualmente conta com 118 (cento e dezoito) cooperados/as (www.ecoorganic.com.br, 2005).

Em 2004 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)³ libera recursos financeiros não reembolsáveis para implementação do Projeto Teia Produtiva da Agricultura Familiar Orgânica, elaborado em 2001. Tais recursos foram aportados para promover a consolidação e o aprimoramento da cadeia produtiva da horticultura orgânica da Bacia do Goitá, a qual estão vinculados/as os/as associados/as da EcoOrgânica.

O princípio de cadeia produtiva visualizada no Projeto é composto por três elos que funcionam em sinergia: Suporte da Produção (matéria-prima), Unidade de Beneficiamento e Agregação Valor (agroindústria e *packing house*, processamento/beneficiamento) e Clientes e *Marketing* (apresentação, distribuição e comercialização) (FIGURA 1).

O processo, sinteticamente exposto abaixo, faz parte de uma visão multidimensional do território, levando em consideração suas variáveis socioeconômicas, institucionais, ambientais e sistêmicas na sua amplitude, em detrimento de uma visão setorial.

¹ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que visa à construção de políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais e urbanas do Nordeste do Brasil.

² Composto pela Fundação Odebrecht – Bahia, Fundação Instituto Ayrton Senna – São Paulo, Fundação Kellogg – São Paulo e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

³ O Projeto Teia Produtiva financiado pelo BNDES, com a primeira liberação realizada em março de 2004, subsidia por 27 meses a implantação da Ecoorgânica, no âmbito dos setores primário, secundário e terciário.

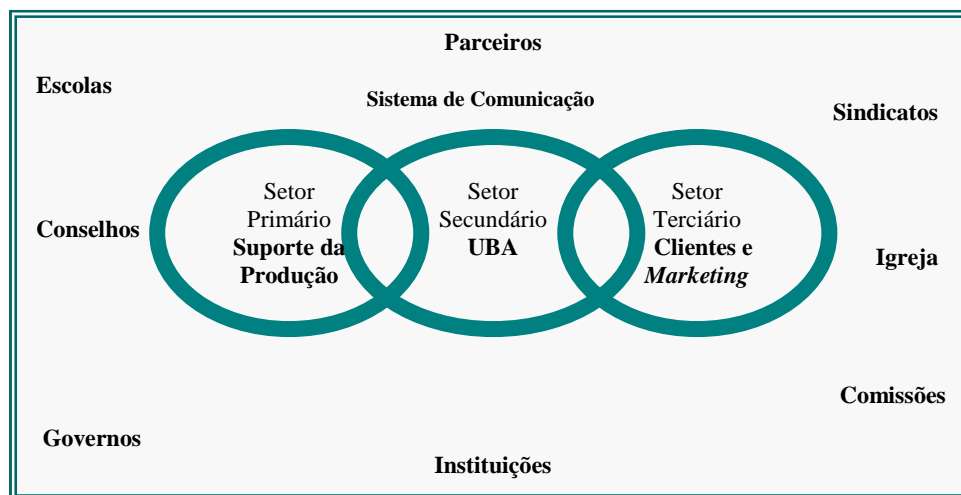


FIGURA 1 - Representação da interrelação da estrutura organizacional da EcoOrgânica entre seus setores e entre o ambiente governamental e não governamental.

Fonte: Projeto “Teia Produtiva da Agricultura familiar Orgânica” (2001).

As estratégias produtivas e comerciais da cooperativa são definidas a partir da leitura que se faz do Complexo Agroindustrial – CAI do qual ela faz parte. De acordo com Alencar (2001, p. 43), tal Complexo é formado por dois setores, quais sejam: o setor a montante composto por fornecedores/as de insumos e bens de serviços externos e internos⁴ e pela produção agrícola de hortaliças e frutas; o setor a jusante que conta com o apoio do setor Clientes e *Marketing* que é responsável pela apresentação, divulgação, venda e entrega dos produtos beneficiados, para diversos seguimentos de mercado.

A UBA, localizada entre os setores a montante e a jusante, foi construída de acordo com a legislação ambiental e sanitária para produção de produtos alimentícios beneficiados e processados.

A EcoOrgânica é responsável pela produção e comercialização dos produtos Horta&Vida⁵, certificados pela APAN (Agricultura Natural Sustentável; certificadora@apan.org.br), que atualmente são encontrados nas redes de supermercados Bompreço e Pão de Açúcar, e disponibilizados para venda direta ao/a consumidor/a por meio da Feira Virtual⁶.

A gestão de todo processo, realizada por meio de reunião semanal da diretoria e assembléia mensal dos/as associados/as, conta com assessoria de pessoas com vasta

⁴ Externo por que não são produzidos pelos/as associados/as da cooperativa e internos porque são produzidos na própria estrutura da cooperativa.

⁵ Marca e selo social desenvolvido pelos jovens envolvidos com a Oscip SERTA-Serviço de Tecnologias Alternativas.

⁶ A Feira Virtual é a venda direta ao consumidor por meio da *internet*, onde o sítio www.ecoorganic.com.br disponibiliza semanalmente, aos seus clientes cadastrados, o estoque de produtos, estes fazem seus pedidos e recebem sua feira toda sexta-feira em local desejado.

experiência nas áreas administrativa, de assessoria técnica e extensão rural, de processamento de alimentos e de *marketing*.

I Jornada Nacional da Agroindústria
Bananeiras, 17 a 20 de outubro de 2006.

Como foi mencionado anteriormente, o BNDES subsidiará todo o processo durante 27 (vinte e sete) meses, tempo analisado e necessário, a partir da elaboração de um plano de negócios, para que a cooperativa alcance a autosustentabilidade.

Para atender a essa complexidade, considerou-se o desenvolvimento rural como conceito espacial e multissetorial e, a agricultura sendo parte dele tem grandes funções indissociáveis: a de produzir bens e serviços (econômica), a de gestão do meio ambiente (ecológica) e a de ator do meio rural (social).

Fugindo do modelo ecotecnocrático, uma das correntes surgidas após a trajetória clássica do desenvolvimentismo, citada por Caporal et. al. (2004, p. 82), a extensão rural realizada pela Ecoorgânica está mais próxima do pensamento da escola que, a partir do resgate histórico da questão camponesa e de uma nova visão de relação entre a Agronomia e a Ecologia, passa a estabelecer as bases para um novo paradigma, a Agroecologia (Caporal et. al., 2004).

Atualmente os temas Globalização e políticas Neoliberais fazem parte do nosso cotidiano. A primeira pressupõe uma homogeneização cultural e a segunda a uma possível homogeneização técnico-produtiva. Apesar de reconhecer o peso desse processo e dessas políticas e tendências homogeneizadoras que deles decorrem, destaca-se que a realidade também aponta para diversidades. Deve-se ter em conta que, junto ao processo de globalização, existe também os processos de “fragmentação” e de valorização das características diferenciadoras, expressos no reforço de identidades locais ou regionais, ligado, em geral, às políticas ambientais e/ou culturais (Schmidt et. al., 2001, p.1).

Foi diante da valorização dessas diferenças e buscando transcender o âmbito local, que nasceu, fruto de uma ação coletiva de pequenos/as agricultores/as e técnicos/as, a EcoOrgânica, como instrumento inovador e alavancador da agricultura familiar, propondo uma nova noção de território não apenas espacial, mas sim produtiva, social e econômica. Para tanto, torna-se necessário compreender o seu processo como proposta para a consolidação do importante segmento sócio-econômico e cultural formado pelos agricultores/as familiares numa proposta cooperativista.

3 AGRICULTURA FAMILIAR

Para Abramoway⁷ “Agricultura familiar é aquela onde a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento”. Sendo assim, a característica familiar de produção, além da organização do processo de trabalho, surge da “transferência hereditária e sucessão profissional”, diferenciando-se de outras profissões a maior parte dos/as agricultores/as da atualidade prosseguem a “atividade paterna”.

⁷ Em entrevistas do GIPAF (Grupo de Interesse em Pesquisa para a Agricultura Familiar) e do Globo Rural com Ricardo Abramoway sobre Agricultura Familiar.

O conceito de agricultura familiar, segundo Nazareth Wanderley, é compreendido como sendo a família dona da unidade produtiva e dos meios de produção existentes, e responsável pelo trabalho desenvolvido nela. Porém, como cita a autora, a característica familiar é uma questão “superficial e descritiva”, tendo em vista que a organização produtiva

I Jornada Nacional da Agroindústria
Bananeiras, 17 a 20 de outubro de 2006.

“família-produção-trabalho” provoca interferências sobre as maneiras como a agricultura familiar atua “econômica e socialmente”.

Os/as agricultores/as familiares associados/as a Ecoorgânica podem ser considerados/as, como a autora define de “outras formas de agricultura familiar não camponesas”. São as formas em que os/as agricultores/as, por meio dos seus empreendimentos produtivos, buscam se inserir a um novo contexto de “reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna”, centrada na cultura urbana e no mercado.

A partir desse contexto, pode se considerar, conforme a opinião de Marsden (1995, p.291) citado por Schneider (2000), que por causa do “recuo do padrão fordista de produção (também chamado de ‘pós-produtivismo’) na agricultura, revitalizam-se formas de produção e reprodução da força de trabalho no meio rural, sendo a pluriatividade a expressão mais eloqüente desse redirecionamento”. Portanto, o meio rural deixa de ter o papel de produtor de matéria-prima, como assim foi no modelo fordista, e adquire “novas atribuições”, a partir de uma nova análise “das relações de produção e consumo e da relação do espaço local com as mutações globais, a partir de uma perspectiva espacial e temporal apoiada na noção de desenvolvimento desigual”.

4 COOPERATIVISMO

Na contemporaneidade o cooperativismo surge como uma alternativa às “dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e a exclusão social”, paralelamente a ampliação dos debates “em torno das práticas solidárias”. E, apesar de se espelhar nas estratégias capitalistas das grandes empresas, o cooperativismo é identificado como sendo um “antídoto de um modelo capitalista concentrador e excludente” (Pires, 2004, p. 19).

As cooperativas pela sua natureza econômica, buscam como cita Pires et. al. (2000, p.3):

Um modelo de organização e de *governance* que tem como pano de fundo as transformações econômico-produtivas expressas nas relações entre global e local. Com efeito, de forma semelhante às empresas capitalistas, as empresas cooperativas vêm respondendo a competitividade de mercado através da ênfase na capitalização, introdução de novos métodos organizacionais e gerenciais, busca de novos mercados e parceiros, investimentos em inovações tecnológicas e qualificação de mão-de-obra.

O cooperativismo se encontra presente em vários setores da economia, não só em áreas de produção agropecuária, como também nas cidades. Aparece tanto como um instrumento eficiente para organização econômica da agricultura de exportação e da agricultura capitalizada com vistas ao abastecimento interno, quanto para a comercialização dos produtos dos/as pequenos/as produtores/as (Pires, 2004, p. 118-119).

A cooperativa agrícola participa significativamente da organização e do desenvolvimento da agricultura, bem como das exportações, com expressiva representação na balança comercial brasileira, correspondendo a 22% do Produto Interno Bruto (PIB) do setor,

segundo dados levantados em 1998 que mostram a existência de 1.408 cooperativas, com 1.028.378 cooperados/as e 108.370 empregados/as (Anuário 1999, apud Pires, 2004, p. 118).

I Jornada Nacional da Agroindústria
Bananeiras, 17 a 20 de outubro de 2006.

O mercado interno é abastecido significativamente pelas cooperativas agrícolas, que “corresponde a 54% da produção de leite pausteurizado, 20% de leite em pó, 62% de produção de trigo, 16% de ovos e 10% de feijão, além de cevada (44%), aveia (39%), algodão (39%), soja (29%) e milho (17%), entre outros produtos” (Anuário 1997; Moreira, 1996; Andrade, 1997 apud Pires, 2004, p. 119).

No mercado de exportação, segundo a autora, as cooperativas agrícolas, contabilizaram o valor de US\$ 877,4 milhões, em 1998, com uma maior representação do açúcar, soja, café e carnes, entre outros.

Citando Ew (2001, p. 15), a função da cooperativa é basicamente de mercado, pois é por meio dela que os/as produtores/as rurais/as, principalmente os/as pequenos/as, geram condições de competir “em mercados dominados por grandes agroindústrias”, por meio dos ganhos de escala, diminuição dos riscos e agregação de valor aos produtos, conseqüentemente ampliando a renda e a competitividade.

Ainda conforme o autor, as cooperativas agropecuárias têm se organizado cada vez mais em torno da agroindustrialização, “deixando de ser apenas cooperativas de produção e comercialização”. Assim sendo, é de fundamental importância, para o enfrentamento no mercado, com empresas concorrentes, as cooperativas terem “eficiência econômica”, nos moldes empresariais.

Chayanov (1985, apud Pires, 2004, p. 65) antecipa que para acompanhar o “desenvolvimento histórico da acumulação capitalista” o cooperativismo deve se alinhar a ele, como sendo um instrumento capaz de se adequar à dinâmica produtiva, mas também como meio de emancipação da classe camponesa “pela integração vertical da produção agrícola”.

Pesquisas demonstraram que as associações desta natureza contribuíram não somente para a elevação do nível de renda dos produtores, ao buscarem alternativas tecnológicas apropriadas às suas condições de produção e novos meios de comercialização, mas também para o desenvolvimento da cidadania, poder de reivindicação e negociação (Alencar, et. Al. 2001, p. 9).

Esse sistema organizativo em várias partes do mundo vem dando provas de seu dinamismo, desempenhando um papel de destaque no conjunto das atividades agropecuárias como no Canadá, na França, na Bélgica, entre outros (Pires, 2004).

No Brasil, segundo noticiado pelo Editorial da Gazeta Mercantil, de 29 de abril de 2002, nos últimos anos as cooperativas agrícolas renasceram, modernizaram-se e passaram a ser solução (ao invés de problema, como no início da década de 90), para aumentar o cultivo de alimentos do País.

O grande desafio posto para os/as agricultores/as é o de como gerenciar as unidades produtivas e inserir-se no mercado cada vez mais globalizado. Na visão do agronegócio (*agribusiness*), no qual se deve inserir a produção agrícola de mercado, é preciso responder as questões: O que produzir? Quanto e quando produzir? Como vender? O que implica imediato pensar para fora ou identificar o que ocorre “depois da porteira”, ou seja, pensar no mercado.

Pensar o mercado dos produtos agrícolas e agroindustriais consiste atualmente em conhecer os atores e as formas por meio das quais eles interagem nos diferentes elos do complexo agroindustrial, planejar todas as atividades e condições para colocar bens e serviços à disposição do/a consumidor/a, na forma, tempo e local em que ele/a esteja disposto/a a

I Jornada Nacional da Agroindústria
Bananeiras, 17 a 20 de outubro de 2006.

adquiri-los (Fávero, 2000). É a partir dessas reflexões que a EcoOrgânica está se inserindo num mercado diversificado, tanto formal como diferenciado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços na promoção do desenvolvimento existem para que os seguimentos sociais igualmente compartilhem oportunidades e benefícios que provêm do crescimento sócio-econômico, respeitada a diversidade sócio-cultural dos agrupamentos urbanos e rurais, como também viabilizando o acesso aos serviços públicos pela população.

O desenvolvimento territorial se estrutura em pilares articulados que definem condições para a mudança econômica e social e a transformação da realidade local, organização da sociedade e gestão social, mediados por controle e regulação ambiental.

O próprio crescimento urbano recente aumenta a demanda por novos produtos e novos serviços vindos do meio rural. O desafio consiste em dotar as populações das áreas rurais das prerrogativas necessárias para que sejam protagonistas centrais da construção dos novos territórios. Nesse contexto, ainda em construção, o conceito de economia em rede, ancorado na valoração do capital social, na agregação de valor aos produtos agrícolas e na dinâmica solidária dos seus atores revela-se como uma das melhores alternativas para reverter, de forma participativa e sustentável, os seculares índices de exclusão social verificados nas áreas rurais.

No estabelecimento de um território, a existência de confiança, normas e de processos que promovam ações coordenadas, são características fundamentais para construção de uma sociedade mais justa e eficiente. Na “Bacia do Goitá” a Ecoorgânica tem representado um dinamizador nesse sentido. A existência de uma organização da sociedade civil, com capacidade de mediar e articular em um contexto de território, caracterizado por indicadores culturais, históricos, econômicos e naturais, que estabelecem laços de identidade e de pertencimento entre os atores sociais envolvidos, tem proporcionado ao processo uma boa dinamização e consistência, haja vista, que a proposta que está sendo construída pela Ecoorgânica carrega, na sua essência, as concepções do desenvolvimento local.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. **Complexos agroindustriais**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001.

ALENCAR, E.; GRANDI, D. S.; ANDRADE, D. M.; ANDRADE, M. P. **Complexos agroindustriais, cooperativas e gestão**. Versão preliminar in: V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes. Ouro Preto, 2001.

Disponível em <<http://dae2.ufla.br/revista>. Acesso em: 19 de agosto 2004.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Sociologias, Porto Alegre, UFRS, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 166 p.

EDITORIAL. **O papel das cooperativas nos agronegócios**. GAZETA MERCANTIL. O papel das cooperativas nos agronegócios. São Paulo, 29/04/2002. p. A-2.

EW, A. R. **Reestruturação do cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Sul: Os casos COSUEL e COAPEL – anos 90**. 2001, 215 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes/ecorural/mecorural_ew_n225.pdf>. Acesso em 22 out 05.

FÁVERO, L. A. **Gestão unidades produtivas**. 2000.

KURTZ, Robert. **Para além do Mercado**. Autonomia de organizações comunitárias permite superar perversões da economia totalitária. Artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo do dia 3 de dezembro de 1995. Caderno 5 – pág. 14. Traduzido por Marcos Macedo.

PIRES, M. L. **O Cooperativismo e as cooperativas agrícolas no Brasil**. In: O cooperativismo agrícola em questão. A trama das relações entre cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) Canadá. Recife, UFRPE, 2004.

SCHMDT, W.; SCHMIDT, W.; TURNES, V. **Desenvolvimento local em espaços rurais; a construção de um “território” nas Encostas da Serra Geral, em santa Catarina**, 2001. 14 p.

SCHNEIDER, S. **A agricultura familiar em uma época de transformações: A pluriatividade como estratégia familiar de reprodução social**. Trabalho apresentado no Congresso Mundial de Sociologia Rural no XXXVIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, realizado no Rio de Janeiro de 30 de julho a 05 de agosto de 2000.

Sítio: www.aliancacomoadolescente.org.br. Acessado em 24 de agosto de 2004.

Sítio: www.ecoorganic.com.br. Acessado em 17 de outubro de 2005.

Sítio: www.serta.org.br. Acessado em 24 de abril de 2004.

VASCONCELOS, C. A.; PEREIRA, M. R. A.; PORTO, S. **Projeto Teia Produtiva da Agricultura Familiar Orgânica**. Glória de Goitá – PE, 2001. Apresentado ao BNDES em janeiro de 2002.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**.